

“Disposição favorável ao País”

por Ana Lúcia Magalhães
do Rio

O ex-ministro e professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mário Henrique Simonsen, não acredita em um endurecimento por parte dos credores brasileiros no processo de renegociação da dívida externa. “Tenho a impressão de que a disposição deles é favorável, mas o Brasil terá de acertar a questão da moratória, que não pode ser definitiva. O País precisará de um acerto e a negociação levará algum tempo”, afirmou.

Simonsen disse que nos entendimentos com os bancos sobre a dívida externa será essencial o bom resultado da balança comercial brasileira. A melhora verificada nos últimos meses surpreendeu o economista pela rapidez com que ocorreu. “A recuperação das exportações foi estupenda,

não pensei que seria tão rápida. Isso mostra que o setor exportador brasileiro é muito dinâmico”, enfatizou Simonsen.

CONVERSÃO AJUDA

O ex-ministro entende que a proposta de conversão da dívida em capital de risco pode ajudar nesta nova etapa da renegociação, além de interessar ao Brasil. Simonsen acredita que, se a legislação sobre o assunto for liberal, poderiam ser convertidos US\$ 3 bilhões anuais, perfeitamente absorvíveis pelo mercado brasileiro.

“Se dependesse de mim, começaria com um projeto de conversão livre, colocando apenas algumas salvaguardas para evitar a desnacionalização da economia”, afirmou. Ele advertiu que é necessário muita atenção por parte das autoridades brasileiras



Mário Henrique
Simonsen

para evitar a repetição dos erros verificados quando da instituição do Decreto-lei nº 1.401, que criou as sociedades de investimentos estrangeiras, na época em que era ministro da Fazenda.

“Eu fiz um projeto libe-

ral e me disseram que entrariam, via conversão, US\$ 2 bilhões através das bolsas de valores. Não me interessava criar problemas monetários e esse número era muito elevado. Coloquei, então, algumas restrições e me informaram que seriam convertidos US\$ 500 milhões. No final, tivemos apenas US\$ 60 milhões convertidos em 1975”, lembrou Simonsen.

O ex-ministro disse que nesta nova etapa de conversão poderiam ser feitas algumas restrições, caso começasse a ocorrer um volume muito grande de empréstimos convertidos. “A primeira restrição seria a obrigação de realização de leilões, levando a melhor quem oferecesse mais vantagens ao Brasil”, ressaltou, acrescentando que primeiro o País deve deixar entrar o dinheiro estrangeiro e depois fazer qualquer restrição.